



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RCD no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1459805 - SP
(2019/0055067-4)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
**REQUERENTE : MRM ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO DE NEGOCIOS
EMPRESARIAIS LTDA**
**ADVOGADOS : HOMERO CARDOSO MACHADO FILHO - SP089630
LEONARDO SILVA PEREIRA E OUTRO(S) - SP200655
LARISSA GRASSMANN TALARICO MACHADO - SP284443**
REQUERIDO : CONCESSIONARIA MOVE SAO PAULO S.A
**ADVOGADOS : PATRICIA LUCCHI PEIXOTO - SP166297
FABIO SHIMAZAKI KUBOTA - SP312802**

DESPACHO

Nada a deferir.

O agravado quer que se aplique ao feito a inteligência do **REsp 1.328.993/CE**, especificamente o resultado de embargos de declaração que pontuou a possibilidade de a suspensão anteriormente aventada não se aplicar totalmente às questões adicionalmente trazidas no bojo do recurso especial que também discuta o regime de juros compensatórios em ação de desapropriação.

O problema disso é que a decisão de e-STJ fl. 1536 foi tomada em 08/04/2019 e transitou em julgado em 13/05/2019, ao passo que o julgamento dos embargos referidos é de 26/06/2019 e que a petição de reconsideração foi aforada absolutamente a destempo, em 07/02/2020.

É válido pontuar que a decisão que opta pelo sobrestamento tem amparo no art. 1030, inciso III, do CPC/2015, e desafia, a teor do seu parágrafo segundo, a interposição de agravo interno, o que reforça a absoluta intempestividade e também a impropriedade do pedido de reconsideração aforado com a Petição RCD 00042463/2020, de e-STJ fls. 3/8, dos autos de expediente avulso.

Assim, como dito antes, nada a deferir.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator